

A crise climática exige mudanças na vida cotidiana



Por **RICARDO ABRAMOVAY***

Para que as ambiciosas metas estabelecidas no Acordo de Paris sejam atingidas, a contribuição dos indivíduos e das famílias terá de ser cada vez maior

A luta contra a crise climática, nos países desenvolvidos, está entrando numa nova, difícil, e fascinante etapa. As conquistas obtidas até aqui, e que respondem pela queda nas emissões de gases de efeito estufa nos Estados Unidos e em quase toda a Europa Ocidental, apoiaram-se em transformações que pouco alteraram os modos de vida dos cidadãos.

Só que agora isso vai ter que mudar. A crise climática tem sido enfrentada, nas últimas décadas, sem exigir alteração nos comportamentos das pessoas. Mas, para que as ambiciosas metas estabelecidas no Acordo de Paris sejam atingidas, a contribuição dos indivíduos e das famílias terá de ser cada vez maior.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a descarbonização da matriz energética está ocorrendo fundamentalmente graças à [substituição do carvão pelo gás](#), que emite muito menos que o carvão. Esta substituição é produto da introdução do [fracionamento hidráulico](#) na obtenção de fósseis, que permitiu ao país deixar de ser importador de petróleo, abrindo caminho à tão almejada meta de sua independência energética.

Na Europa Ocidental (onde o corte de emissões foi bem maior que nos EUA) tecnologias renováveis modernas (solar, eólica, geotérmica e bioenergia) contribuíram decisivamente para esta salutar queda. E nos dois lados do Atlântico foi massiva a [transferência de indústrias intensivas em carbono para a China](#), o que explica também a redução de suas emissões. O “*made in China*” consumido no mundo todo entra na conta das emissões chinesas e não na dos países aos quais os produtos são vendidos.

Estas conquistas correspondem ao que, em inglês, se costuma chamar de “*low hang fruit*”, que significa literalmente, “fruto pendendo para baixo”, expressão usada para descrever o fruto que se colhe primeiro, por estar mais à mão, ou seja, algo relativamente fácil de obter. Mas por mais relevantes que tenham sido as conquistas alcançadas até aqui nestes países, o maior desafio começa a ser enfrentado agora. E este enfrentamento só terá um resultado positivo se houver transformações importantes não só nas tecnologias, mas, sobretudo, na maneira como estas tecnologias entram na vida cotidiana dos cidadãos.

Esta é a mensagem central do [relatório](#) que acaba de ser lançado por Brett Meyer e Tim Lord, pesquisadores do *Tony Blair Institute for Global Change*. Entre 2009 e 2019, mostram Meyer e Lord, 87% da redução das emissões não se originaram em mudanças comportamentais. Mas nos próximos quinze anos, somente 41% desta queda poderão vir destas fontes: o restante depende de mudanças nos comportamentos das famílias.

Quais são estas mudanças? Meyer e Lord insistem que não se trata de converter toda a população ao vegetarianismo ou abolir o uso do automóvel individual. Ainda assim, são mudanças que envolvem decisões tomadas pelos indivíduos e não só aquilo que fazem as empresas e os governos.

Estas transformações atingem seis dimensões da vida cotidiana:

- Mudança no aquecimento e no uso de energia no domicílio
- Redução de descarte de resíduos sólidos e aumento de reciclagem

a terra é redonda

- Aumento de deslocamentos a pé, de bicicleta e em transporte público.
- Substituição do automóvel a gasolina ou diesel pelo automóvel elétrico,
- Diminuição de viagens aéreas
- Queda no consumo de leite e carne.

As pesquisas em que se apoia o trabalho, mostram que a maior parte das pessoas julga já estar fazendo o máximo que pode para evitar o agravamento da crise climática. Mas quando a elas se pergunta, por exemplo, quais seus planos para mudar o sistema de aquecimento domiciliar (o que é trabalhoso e caro), só a minoria afirma estar engajada nesta direção (embora este número esteja aumentando). Apenas 20% dos britânicos estão comprometidos em usar menos o carro nos próximos anos ou a diminuir suas viagens aéreas.

Além disso, substituir o carro a gasolina pelo elétrico reduz as emissões, mas não diminui os congestionamentos. Será necessário, como mostra [outro relatório do Instituto Tony Blair](#), cobrar um imposto sobre cada quilômetro rodado para que diminua, de fato, o uso do automóvel individual. Nem é preciso ressaltar o quanto tal medida pode ser impopular e, portanto, difícil de ser adotada...

Este abismo entre o conhecimento sobre a gravidade da crise climática e aquilo que as pessoas se dispõem a fazer é generalizado e explicável tanto pelos custos da transição, como pelos transtornos que as mudanças trazem para a organização da vida cotidiana. Além disso, são transformações que exigem que os cidadãos encontrem financiamento, equipamentos, técnicos qualificados e materiais para levar adiante as mudanças. E é ilusório imaginar que basta mobilizar incentivos econômicos (que, evidentemente, são importantes, mas têm limites) para enfrentar problema.

São três as recomendações do trabalho de Brett e Lord, diante destes desafios. A primeira é o engajamento ativo dos cidadãos e dos consumidores, por mobilizações em que pessoas comuns conversam com especialistas e elaboram recomendações de políticas públicas. Na Grã-Bretanha e na França [Convenções Cidadãs para o Clima](#) desempenharam este papel. São técnicas de mobilização aplicáveis aos mais variados temas.

A segunda recomendação é a exigência de uma comunicação governamental honesta, clara e bem dirigida sobre a importância de mudar comportamentos, expondo exemplos e alternativas e, sobretudo, criando uma comunidade de práticas em que o cidadão perceba que estas transformações estão também sendo seguidas por seus pares. Os trabalhos de cientistas políticos em torno [daquilo que as pessoas pensam sobre o que os outros pensam](#) oferecem caminhos promissores para lidar com o tema.

A terceira recomendação envolve um sentido de justiça: a transição só terá sucesso se ela se inspirar na ideia cada vez mais evidente de que é impossível combater a crise climática sem reduzir as desigualdades. É o caminho que Grã-Bretanha, União Europeia e Estados Unidos estão, com imensas dificuldades e obstáculos, é claro, tentando adotar. Mas é um caminho muito mais promissor do que ignorar o assunto e fingir que é possível tapar o sol com a peneira.

***Ricardo Abramovay** é professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP. Autor, entre outros livros, de *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza (Elefante/Terceira Via)*.